



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 154/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 082/2025

OBJETO: a contratação de empresa especializada em viagens e turismo, será um dia destinado para estudo dos professores da Rede Municipal de Ensino de Ronda Alta. O dia da realização da viagem será no dia 11 de outubro de 2025. O evento será o dia todo, dividido entre os seguintes lugares: conhecer a Capela de Nossa Senhora de Fátima, Gruta Nossa Senhora de Lourdes, realizar e vivenciar a Trilha do Vô Ari, conhecer a história e participar de uma celebração no Santuário Nossa Senhora da Santa Cruz. O grupo sairá às 8h e 30min do dia 11 de outubro de 2025, retornando no mesmo dia, da cidade de Ronda Alta até o município de Erechim, com percurso de ida e volta de 300 **km aproximadamente**. O retorno se dará depois de concluída a visita de estudo, na qual serão obtidas todas as explicações e informações para o grupo de professores a fim de que consigam construir o conhecimento necessário para aplicar com os estudantes

CONTRATADA: JOVITUR TRANSPORTE LTDA

CNPJ Nº: 09174355000171

ENDEREÇO: RUA ERICO VERISSIMO QUIRI 201 Ronda Alta Cep: 99670-0000

VALOR: R\$ 8.050,00 (oito mil e cinquenta reais)

LOCAÇÃO – SERVIÇO OU FORNECIMENTO – RESUMO:

O presente instrumento de DISPENSA DE LICITAÇÃO tem como objetivo a contratação de empresa especializada em viagens e turismo, será um dia destinado para estudo dos professores da Rede Municipal de Ensino de Ronda Alta. O dia da realização da viagem será no dia 11 de outubro de 2025.

A empresa **JOVITUR TRANSPORTE LTDA**, deverá oferecer o seguinte:

Item	Descrição do item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Constitui objeto a contratação de empresa especializada em viagens e turismo, será um dia destinado para estudo dos professores da rede Municipal de Ensino de Ronda Alta. O dia da realização da viagem será no dia 11 de outubro de 2025.	01 UND	R\$8.050,00	R\$8.050,00

FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA:

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos. No ano de 2021 foi sancionada a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a qual veio para substituir a antiga lei, e tem um prazo de 02 anos para adequação e uso obrigatório. Com isso, durante este tempo os órgãos públicos podem optar entre as duas em seus processos licitatórios.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando desnecessárias e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações desnecessárias e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as chamadas Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação.

A Dispensa de Licitação para a contratação de empresa especializada em viagens e turismo, será um dia destinado para estudo dos professores da Rede Municipal de Ensino de Ronda Alta encontra amparo legal no art. 75, inciso II da Lei nº. 14.133/2021.

FUNDAMENTO LEGAL:

Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 75, inciso II da Lei n. 14.133/2021, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

“Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;”

Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236) ¹

¹ JUSTEN FILHO, MARÇAL. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª ed. São Paulo: Dialética, 2004.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

“A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública.”

RAZOES:

DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Lei 14.133/21:

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

[...]

VI – razão da escolha do contratado;”

A escolha desta Administração Municipal para a contratação da empresa **FERREIRA E DRESCH LTDA** é porque dentre todos os orçamentos pedidos a empresa foi o menor valor proposto.

DO PREÇO:

Lei 14.133/21:

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

[...]

VII – justificativa de preço;”

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração realizar a contratação sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

As viagens de estudo e de caráter pedagógico oferecem ao professor suporte para que ele possa se apropriar de situações, cenários e informações que normalmente não estão disponíveis no dia a dia, enriquecendo suas aulas com novas práticas e conhecimentos inovadores para fazer com que o estudante se sinta motivado e queira aprender cada vez



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

mais, pois possibilitam promover a interligação entre a parte teórica e a parte prática, entre contexto escolar e a realidade.

A contratação de empresa especializada em viagens e turismo justifica-se pela necessidade de oferecer aos professores da Rede Municipal de Ensino de Ronda Alta um momento de formação continuada diferenciado, que vá além do espaço físico da escola e proporcione vivências culturais, históricas, religiosas e ambientais. A atividade está prevista para o dia 11 de outubro de 2025 e será integralmente dedicada ao estudo, à reflexão e à ampliação de repertório dos educadores.

O itinerário da viagem contempla a visita à Capela de Nossa Senhora de Fátima, à Gruta Nossa Senhora de Lourdes, à Trilha do Vô Ari e ao Santuário Nossa Senhora da Santa Cruz. Esses locais foram escolhidos por sua relevância histórica, cultural e simbólica, pois possibilitam aos professores o contato direto com patrimônios materiais e imateriais, favorecendo a construção de novos conhecimentos, a valorização da memória coletiva e a experiência de momentos de espiritualidade e integração com a natureza.

Sob a perspectiva pedagógica, a atividade se configura como uma oportunidade de formação que permitirá aos educadores ressignificar suas práticas, ampliando horizontes para a elaboração de projetos interdisciplinares, para o fortalecimento do vínculo com a cultura local e para a promoção de aprendizagens mais significativas junto aos estudantes. Ao vivenciarem esse processo de imersão, os professores terão subsídios para enriquecer o trabalho em sala de aula, estimulando a curiosidade, o respeito às tradições e a valorização do patrimônio cultural e natural.

Do ponto de vista administrativo, a contratação da empresa é imprescindível para assegurar a organização logística, o transporte adequado, a alimentação, a segurança e o acompanhamento necessário para o grupo. Dessa forma, a gestão municipal garante a efetividade da ação, evitando riscos e garantindo condições apropriadas para que os professores possam se dedicar integralmente à experiência formativa proposta.

Portanto, a realização desta viagem de estudos não se configura apenas como um deslocamento, mas como uma ação de política pública de valorização e fortalecimento da formação docente. Trata-se de um investimento que reafirma o compromisso da Secretaria Municipal de Educação com a qualidade do ensino, com a valorização da escola pública e, sobretudo, com o reconhecimento dos professores como protagonistas na construção de uma educação mais humana, integral e significativa para todos os estudantes.

RONDA ALTA/RS, 10 de outubro de 2025.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

ANDRÉIA SCARPIN NOETZOLD
Secretária Municipal de Educação

MARCOS MIGUEL BEUX
Prefeito Municipal